

República, 2.ª série, n.º 118, de 21 de Junho de 2007, a p. 17 557, rectifica-se que onde se lê «29 de Março de 2007. — O Presidente, Vítor Correia Santos.» deve ler-se «22 de Maio de 2007. — O Presidente, Vítor Correia Santos.»

22 de Junho de 2007. — O Presidente, Vítor Correia Santos.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Despacho (extracto) n.º 15 460/2007

Por despacho de 28 de Maio de 2007 da presidente deste Instituto, foi autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento de Alberto Miguel Lopes Nunes como encarregado de trabalhos, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior Agrária de Santarém, com efeitos reportados a 23 de Maio de 2007 e até 22 de Maio de 2008, a que corresponde a remuneração relativa ao escalão 1, índice 295, da respectiva carreira. (Sujeito a fiscalização sucessiva pelo Tribunal de Contas.)

19 de Junho de 2007. — O Administrador, Pedro Maria Nogueira Carvalho.

Rectificação n.º 1056/2007

Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 7479/2007 no *Diário da República*, 2.ª série, a p. 10 218, relativo à assistente do 2.º triénio Teresa Paula Pires Marques, da Escola Superior de Educação de Santarém, rectifica-se que onde se lê «em regime de tempo integral e exclusividade» deve ler-se «em regime de tempo integral e sem exclusividade». (Sujeito a fiscalização sucessiva pelo Tribunal de Contas.)

21 de Junho de 2007. — O Administrador, Pedro Maria Nogueira Carvalho.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

Despacho (extracto) n.º 15 461/2007

Por despacho de 20 de Março de 2007 do presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, foi a Richard Denman Sidaway autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente, em regime de tempo parcial de 50%, por cinco meses, para exercer funções na Escola Superior de Ciências Empresariais deste Instituto Politécnico, com a remuneração mensal de € 519,33, com efeitos a partir de 26 de Fevereiro de 2007.

21 de Junho de 2007. — A Administradora, Maria Manuela Serra.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

Despacho (extracto) n.º 15 462/2007

Por despacho de 13 de Junho de 2007 do presidente do Instituto Politécnico de Viseu, foi com a bacharel Ana Carolina Lamelas Gonçalves Parente autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento como encarregada de trabalhos, em regime de tempo integral, no Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, com início em 1 de Junho de 2007, por um ano.

20 de Junho de 2007. — A Vice-Presidente, Idalina de Jesus Domingos.

Listagem (extracto) n.º 210/2007

Torna-se pública a lista do pessoal da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Viseu reclassificado nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, autorizada por despacho de 19 de Abril de 2007 do presidente do Instituto Politécnico de Viseu, produzindo efeitos à data da publicação do presente extracto no *Diário da República*, 2.ª série:

Nome	Categoria	Índice	Reclassificação	Índice
Leonor Augusta Pereira Lopes	Auxiliar de apoio e vigilância	170	Assistente	199
Anabela Cáliz dos Santos Figueiredo	Auxiliar de apoio e vigilância	151	Assistente	199
António Manuel de Matos Leal	Operador de reprografia	151	Assistente	199

20 de Junho de 2007. — O Vice-Presidente, Daniel Marques da Silva.



PARTE H

GRANDE ÁREA METROPOLITANA DO ALGARVE

Aviso n.º 12 833/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por deliberação do presidente da Junta Metropolitana de 30 de Abril de 2007, foi autorizada a prorrogação da requisição da auxiliar técnica de museografia Ana Maria Leonilde de Castro Nunes Soares, da Assembleia Distrital de Faro para esta Grande Área Metropolitana, pelo período de mais um ano, a partir de 2 de Maio do corrente ano.

28 de Junho de 2007. — O Presidente, José Macário Custódio Correia.

2611029814

CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

Aviso n.º 12 834/2007

Concurso externo para admissão de um estagiário para ingresso na carreira de especialista de informática do grau I

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 25 de Junho de 2007, proferido no uso de competência delegada,

foi nomeado definitivamente para lugar da categoria de especialista de informática do grau I, nível 2, do quadro de pessoal do município de Albufeira, o candidato João Ricardo Bota Nabais da Cruz, aprovado no concurso em epígrafe, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 177, de 14 de Setembro de 2005, o qual deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

6 de Julho de 2007. — Por delegação do Presidente da Câmara, o Vice-Presidente, José Carlos Martins Rolo.

2611030081

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE

Aviso n.º 12 835/2007

Concurso interno de acesso para provimento de vários lugares — Nomeação

Torna-se público que, pelo meu despacho n.º 66/2007, de 2 de Julho, procedi às nomeações dos candidatos João Manuel dos Santos Marques e João José Pereira Serra, posicionados nos dois primeiros lugares do concurso interno de acesso para provimento de vários

lugares — dois lugares de assistente administrativo especialista (em dotação global com a totalidade dos lugares preenchidos), afixado no placard da Divisão Administrativa em 19 de Fevereiro de 2007.

Em conformidade com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, os nomeados têm 20 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República* para aceitação da nomeação.

2 de Julho de 2007. — Presidente da Câmara, *Luís Miguel Franco*.
2611030095

Aviso n.º 12 836/2007

Concurso externo de ingresso para provimento de vários lugares — Nomeação para um lugar de engenheiro técnico civil de 2.ª classe — Referência H

Para os devidos efeitos se torna público que, pelo despacho n.º 70, de 3 de Julho de 2007, do presidente da Câmara, foi nomeada, após dispensa da frequência de estágio, Sónia Isabel da Silva Maria para ocupar um lugar vago de engenheiro técnico civil de 2.ª classe, a que se refere o concurso externo de ingresso para provimento de vários lugares, referência H, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 146, de 31 de Julho de 2006.

De acordo com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, o candidato tem 20 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República* para tomar posse do referido lugar.

5 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Luís Miguel Franco*.
2611030058

CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ

Aviso n.º 12 837/2007

Renovação de comissão de serviço

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 29 de Maio de 2007, no uso da competência que é me conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e conforme o disposto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, foi renovada a comissão de serviço, por mais três anos, da engenheira Zélia Fátima de Abreu e Lima Correia Pinto como chefe de divisão do Planeamento Urbanístico, a partir de 23 de Julho de 2007.

5 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Artur Fontes Cascarejo*.

2611029920

CÂMARA MUNICIPAL DE AMARANTE

Aviso n.º 12 838/2007

Torna-se público que, para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, se encontra em discussão pública o pedido de alteração à licença de loteamento, titulada pelo alvará n.º 37/79, a requerimento de Paula Luísa Cardoso Correia, número de identificação fiscal 199693323, residente no lugar da Boa-vista, lote 36, freguesia de Cepelos, deste concelho, na qualidade de proprietária do lote 36 do referido alvará de loteamento, sito no lugar e freguesia acima referidos, pelo período de 15 dias, que se inicia 8 dias após a publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*.

Finalidade do pedido — construção de um abrigo para automóvel com a área de 48,30 m².

O processo administrativo respectivo, com o n.º 27/07 (altelote), pode ser consultado, todos os dias úteis, dentro das horas normais de expediente, na Repartição Administrativa do Departamento de Urbanismo desta autarquia.

As sugestões, reclamações ou observações que eventualmente venham a ser apresentadas devem ser formuladas através de requerimento escrito dirigido ao presidente da Câmara Municipal, devendo neste constar a identificação completa, os endereços dos seus autores e a qualidade em que se apresentam, o qual deverá ser entregue ou remetido por correio, sob registo, para a Câmara Municipal.

6 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Armindo José da Cunha Abreu*.

2611029997

CÂMARA MUNICIPAL DE AMARES

Aviso n.º 12 839/2007

1 — Para os devidos efeitos se torna público que, por meus despachos de 21 de Junho de 2007 e em cumprimento do disposto nos artigos 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, se encontram abertos, pelo prazo de 11 dias úteis a contar da publicação deste aviso no *Diário da República*, os concursos externos de ingresso a seguir indicados:

Referência A — operário qualificado, jardineiro — dois lugares;
Referência B — operário qualificado, electricista — um lugar;
Referência C — pessoal auxiliar, cantoneiros de limpeza — quatro lugares;
Referência D — pessoal auxiliar, limpa-colectores — quatro lugares.

2 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local por força do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, 353-A/89, de 16 de Outubro, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

3 — Prazo de validade — os concursos com referências A, C e D são válidos para as vagas referidas e para as que vierem a ocorrer no prazo de um ano a contar da publicação da lista de classificação final. O concurso com referência B caduca com o respectivo preenchimento do lugar vago existente.

4 — Os conteúdos funcionais:

Referência A — o constante do despacho n.º 38/88, do SEALOT, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 22, de 26 de Janeiro de 1989;

Referência B — o constante no despacho n.º 1/90, do SEALOT, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 27 de Janeiro;

Referência C — o constante no despacho n.º 4/88, do SEALOT, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 80, de 6 de Abril de 1989;

Referência D — o constante no despacho n.º 29-A/92, do SEALOT, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de Dezembro de 1992.

5 — Remuneração base — serão as correspondentes da tabela remuneratória da função pública, escalão 1, índice 142, para as referências A e B; e escalão 1, índice 155, para as referências C e D, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração local.

6 — O local de trabalho situa-se na área do município de Amares.

7 — Requisitos de admissão — nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, podem candidatar-se a estes concursos os indivíduos que reúnam, até ao termo do prazo para apresentação de candidaturas, os seguintes requisitos:

Requisitos gerais:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção especial;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

Requisitos especiais:

Referências A e B — escolaridade obrigatória, conforme a idade, e comprovada formação ou experiência profissional de duração não inferior a dois anos;

Referências C e D — escolaridade obrigatória conforme a idade.

8 — Formalização de candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente da Câmara de Amares, Praça do Município, 4720-058 Amares, sendo entregue pessoalmente ou enviado pelo correio, em carta registada com aviso de recepção expedida até ao termo do prazo fixado, no qual deverão constar os seguintes elementos:

i) Identificação completa (nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, estado civil, nacionalidade, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número de identificação fiscal e residência);

ii) Habilitações literárias e profissionais;